



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638725 - CE (2021/0001977-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : AMANDA JESSICA MENEZES DE ARAUJO PESSOA
ADVOGADO : AMANDA JÉSSICA MENEZES DE ARAÚJO PESSOA -
CE034536
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : MARCOS PEREIRA SAMPAIO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCOS PEREIRA SAMPAIO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0638541-16.2020.8.06.0000).

O paciente encontra-se segregado cautelarmente, em virtude de prisão em flagrante, convertida em preventiva, pelo suposto consentimento dos crimes descritos art. 180, § 1º, c/c o art. 288, ambos do Código Penal.

Argumenta a impetrante que o ora paciente é pessoa trabalhadora, atuando no ramo da sucata, e nunca foi investigado por crimes de receptação. Sustenta que os fatos em apuração, na verdade, configurariam o crime de receptação culposa. Informa que o paciente é pai de 2 filhos menores de 12 anos e, por ter 48 anos, está mais propício a adquirir doenças dentro do sistema prisional. Alega que estão presentes as condições que autorizariam a liberdade, pois a mera gravidade abstrata do ilícito não é idônea para justificar a prisão. Assevera que o Ministério Público poderia oferecer a suspensão condicional do processo. Defende ainda que, no caso, a aplicação de medidas cautelares diversas da restrição de liberdade é suficiente para garantir a ordem pública.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para reconhecer a ilegalidade da prisão. No mérito, pede a decretação da liberdade e subsidiariamente a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente